



Manejo de pirarucu (*Arapaima spp.*) no baixo Amazonas: medindo custos e benefícios de projetos comunitários

Álvaro Dos Santos Moreira, Priscila Saikoski Miorando, Neriane Nascimento Da Hora e Priscila Saikoski Miorando

Na Amazônia, desde a década de 90 tem se desenvolvido um modelo de co-manejo da pesca a partir do controle dos sistemas de lagos da várzea por comunidades ou grupo de pescadores, baseados no saber local e em conjunto com assessoria técnica de instituições governamentais, científicas e ONGs. O pirarucu (*Arapaima spp.*) é a espécie chave de vários modelos de co-manejo da pesca na Amazônia, nas quais as características biológicas da espécie, como respiração aérea, migração de curta distância e maturação sexual rápida, permitem o fácil monitoramento e recuperação do estoque da espécie nos lagos de várzea pelas comunidades. No entanto, a falta de apoio governamental, sobretudo quanto à fiscalização sobrecarregam os usuários, pois precisam dedicar mais tempo e recursos para definição de regras de pesca e monitoramento e vigilância dos lagos, gerando custos que podem inviabilizar o desempenho dos sistemas de co-manejo pesqueiro. Neste sentido, realizou-se um estudo que buscou avaliar o desempenho econômico do sistema de co-manejo da pesca com foco em pirarucu, considerando os custos de organização, negociação, monitoramento e fiscalização de lagos manejados para análise do retorno econômico e análise financeira em três comunidades situadas na várzea do Baixo Amazonas: Pixuna, Santa Maria do Tapará e Tapará-Miri localizadas no município de Santarém, Pará. Os dados sobre custos do manejo do pirarucu foram coletados por meio de oficinas com grupo de pescadores das três comunidades. Para coleta da produção de pirarucu foram aplicados questionários com 10 pescadores de cada comunidade. Os dados foram analisados por meio da ferramenta Green Value. Observou-se que todas as comunidades alvo do estudo apresentaram um saldo negativo, entre elas, a comunidade Pixuna do Tapará obteve o maior saldo negativo. Dentre as atividades que geram custo, a atividade de pesca foi que mais contribuiu para o custo total. Em segundo lugar, a atividade que mais representou custo às comunidades foi a atividade de vigilância. Vale destacar que este custo gerado pela pesca em cada comunidade inclui a captura de outras espécies, cujas receitas não foram contabilizadas no cálculo. A pesca e a comercialização que são atividades realizadas individualmente se realizadas em grupos reduziriam o custo do co-manejo. Apoio técnico, ações governamentais e uma presença efetiva e eficaz de órgãos fiscalizadores nas comunidades reduziriam a pressão sobre o estoque pesqueiro e contribuiria para maior viabilidade financeira dos sistemas de co-manejo.